O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 66 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.15708668

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

OMISSÃO CURRICULAR DOS TERMOS GÊNERO E SEXUALIDADE E AS IMPLICAÇÕES NAS PRODUÇÕES DIDÁTICAS

Edilce Maria Balbinot Borba[1]

Ronualdo Marques[2]

Marcos Antonio Florczak[3]

Resumo

Este estudo aborda a omissão dos temas gênero e sexualidade nos currículos escolares, refletindo uma conjuntura marcada por valores conservadores e silenciamentos institucionais. O objetivo da pesquisa foi investigar como essas temáticas são tratadas em produtos educacionais oriundos de programas de mestrados profissionais da região Sul do Brasil, identificando suas abordagens pedagógicas e alinhamentos curriculares. Metodologicamente, adotou-se uma análise documental com abordagem qualitativa e quantitativa, baseada em três critérios: i) levantamento de dados por meio da busca de dissertações na plataforma CAPES com palavras-chave específicas; ii) seleção de quatro produções educacionais entre 2013 e 2022; iii) análise de conteúdo centrada nas categorias de presença temática e concepções pedagógicas adotadas. Os resultados apontam que, embora os produtos analisados tratem de educação sexual, prevalece uma abordagem restrita à dimensão biológica ou reprodutiva, com ausência de discussões críticas sobre gênero, identidade e diversidade sexual. Conclui-se que há um silenciamento curricular dessas temáticas nos documentos educacionais, reforçando a necessidade de políticas públicas e formações docentes que promovam uma educação emancipadora e comprometida com os direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Produtos Educacionais; Sexualidade.

Abstract

This study addresses the omission of gender and sexuality issues in school curricula, reflecting a context marked by conservative values and institutional silencing. The objective of the research was to investigate how these themes are addressed in educational products from professional master's programs in southern Brazil, identifying their pedagogical approaches and curricular alignments. Methodologically, a documentary analysis with a qualitative and quantitative approach was adopted, based on three criteria: i) data collection through a search for dissertations on the CAPES platform using specific keywords; ii) selection of four educational productions between 2013 and 2022; iii) content analysis focused on the categories of thematic presence and pedagogical concepts adopted. The results indicate that, although the products analyzed deal with sex education, a restricted approach to the biological or reproductive dimension prevails, with an absence of critical discussions on gender, identity, and sexual diversity. It is concluded that there is a curricular silencing of these themes in educational documents, reinforcing the need for public policies and teacher training that promote an emancipatory education committed to human rights.

Keywords: Educational Products; Science Teaching; Sexuality.

[1] Professora da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR). Doutoranda em Formação Científica, Educacional e Tecnológica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: edilcemb@gmail.com

[2] Professor da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais (SEMED). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: ronualdo.marques@gmail.com

[3] Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Astronomia pelo Observatório Nacional. E-mail: marcosflorczak@gmail.com

INTRODUÇÃO

A temática de gênero e sexualidade na Educação Básica tem sido alvo de intensos debates políticos, epistemológicos e pedagógicos. No entanto, apesar de sua importância para a formação integral dos sujeitos, observa-se uma recorrente omissão desses temas nos documentos oficiais, currículos escolares e nas produções didáticas. Essa exclusão não se dá ao acaso: trata-se de um movimento articulado por forças conservadoras que disputam o controle simbólico do espaço escolar e tentam manter padrões normativos baseados na cis heteronormatividade.

O presente estudo aborda a omissão curricular dos temas gênero e sexualidade no contexto escolar, destacando suas implicações nas produções didáticas e práticas pedagógicas. A pesquisa se justifica pela relevância social e educacional de discutir essas temáticas, frequentemente negligenciadas devido a valores moralmente conservadores e controvérsias enfrentadas por professores, o que resulta em uma lacuna significativa no currículo escolar e na formação docente. O problema central investigado consiste em compreender como os estudos sobre gênero e sexualidade estão sendo abordados e integrados na prática pedagógica cotidiana, especialmente em produções acadêmicas vinculadas a programas de mestrado profissional na região Sul do Brasil.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como essas temáticas são tratadas em produtos educacionais oriundos de programas de mestrados profissionais da região Sul do Brasil, identificando suas abordagens pedagógicas e alinhamentos curriculares. Como objetivos específicos, destacam-se: mapear as produções acadêmicas relacionadas ao tema, identificar as concepções pedagógicas subjacentes e discutir as implicações da omissão curricular para a formação crítica e emancipatória dos estudantes.

Metodologicamente, a pesquisa adotou a análise documental quali-quantitativa, com levantamento e exame descritivo de quatro produtos educacionais encontrados na plataforma CAPES, produzidos entre 2013 e 2022. Essa metodologia permitiu identificar evidências sobre a abordagem de gênero e sexualidade em contextos educacionais, considerando a análise de documentos como fonte rica e relevante para compreender o panorama atual da temática no currículo escolar.

No recorte conceitual, o estudo fundamenta-se em autores como Apple, Freire, Contreras e Giroux, que enfatizam a escola como espaço de disputa por valores e conhecimentos, e na perspectiva crítica da educação sexual como componente essencial para a formação cidadã, que deve ultrapassar a mera prescrição curricular para promover reflexões éticas, políticas, sociais e culturais. A educação sexual é entendida como um direito e um processo contínuo de construção do conhecimento que visa a emancipação e o respeito à diversidade.

O presente estudo está estruturado em seções que dialogam entre si com o objetivo de compreender como a temática da sexualidade, com ênfase nas questões de gênero, vem sendo abordada (ou negligenciada) no contexto da Educação Básica e nos produtos educacionais de programas de mestrado profissional. A introdução situa o leitor quanto à relevância do tema e aos desafios contemporâneos para sua inserção no ambiente escolar. Em seguida, a seção intitulada Negligência Curricular e Formação Fragmentada analisa como o debate sobre sexualidade tem sido silenciado nas políticas educacionais e nos processos formativos dos docentes. A seção de Metodologia apresenta os procedimentos adotados na investigação, enquanto os Resultados e Discussões organizam-se em três eixos analíticos: a Análise de Produtos Educacionais sobre Educação Sexual, que discute as contribuições e limitações de materiais produzidos em programas de mestrado profissional; a seção Abordagem do Tema Sexualidade na Educação, que traz o embasamento teórico e empírico sobre a presença (ou ausência) do tema nas práticas escolares; e a discussão sobre Gênero e Sexualidade na Escola e Suas Controvérsias, que evidencia as tensões, silenciamentos e resistências enfrentadas por educadores no trato com o tema. A análise culmina na seção Silêncios Curriculares e Resistências Docentes, que propõe uma reflexão crítica sobre a urgência da educação sexual como projeto político e emancipador. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os principais achados e reforçam a necessidade de políticas públicas, formação docente contínua e produção de materiais pedagógicos comprometidos com a diversidade, a inclusão e os direitos humanos.

NEGLIGÊNCIA CURRICULAR E FORMAÇÃO FRAGMENTADA: O DEBATE SOBRE SEXUALIDADE NO CENÁRIO ESCOLAR ATUAL

Em um contexto marcado por retrocessos éticos e científicos, onde a apologia à violência, os discursos de ódio, a banalização da vida e o negacionismo científico ganham destaque, encontramos uma ironia: apesar do excesso de fontes de informação disponíveis, o debate sobre sexualidade é frequentemente negligenciado no currículo escolar. Isso ocorre porque muitas vezes os professores enfrentam controvérsias tanto na educação básica quanto na própria formação docente, o que acaba relegando esse tema importante ao segundo plano.

No contexto escolar brasileiro, a abordagem da sexualidade permanece como um desafio pedagógico permeado por silêncios, resistências e lacunas formativas. Ainda que existam avanços normativos e sociais, a sexualidade continua sendo enfrentada como tabu por grande parte dos professores, em especial na Educação Básica, o que reforça a omissão temática nas práticas pedagógicas cotidianas. Esse cenário é amplamente reconhecido por autores como Moreira e Folmer (2011), que já apontavam que as fragilidades na formação acadêmica dos profissionais da educação constituem um dos principais

entraves à efetiva inserção da temática nas escolas. Para os autores, a ausência de subsídios teóricos e metodológicos durante a formação inicial compromete a postura docente diante de questões de sexualidade, afetividade e diversidade.

Corroborando essa leitura, Silveira, Souza e Trevenzoli (2024) demonstram, a partir de um levantamento com professores do Ensino Fundamental, que 84% dos docentes afirmam não terem recebido qualquer tipo de formação consistente sobre sexualidade durante sua licenciatura, embora reconheçam a importância do tema no cotidiano escolar. Tal dado atualiza e reforça a crítica de Barbosa e Folmer (2019), ao enfatizar que o enfrentamento dos preconceitos exige não apenas boa vontade, mas formação específica e continuada, capaz de preparar os educadores para lidar com perguntas, brincadeiras e conflitos que surgem espontaneamente em sala de aula.

Além das barreiras formativas, a presença do conservadorismo religioso e da moralidade tradicional nas comunidades escolares também se configura como um obstáculo à abordagem pedagógica da sexualidade. Segundo Mesquita *et al.* (2023), há uma dissonância entre os marcos legais e os valores predominantes no ambiente escolar, especialmente nas regiões mais afetadas por discursos moralizantes. A pesquisa conduzida pela autora em escolas públicas do Sudeste mostra que mesmo quando há diretrizes institucionais que recomendam uma abordagem integral da sexualidade, os professores, por receio ou pressão social, tendem a evitá-la.

Essa omissão gera consequências diretas na formação dos estudantes. Uma pesquisa de campo realizada por Siqueira, Braga e Silva (2023, p. 76) em escolas do Ceará revelou que 95% dos estudantes do Ensino Médio afirmam que a escola não aborda sexualidade de forma alguma, e que "suas principais fontes de informação sobre o tema são a internet e amigos (65%) e amigos" (SIQUEIRA; BRAGA E SILVA, 2023, p. 72). A ausência de mediação crítica nesse processo, segundo os autores, pode levar à perpetuação de estereótipos, à desinformação e à exposição precoce a conteúdos inadequados, reforçando a vulnerabilidade dos jovens frente a temas como ISTs, gravidez precoce e violência de gênero.

Diante disso, Manchini, Jacinto e Silva (2023) argumentam que a escola precisa disputar esse campo de formação simbólica e ética. Ao analisar o impacto da série *Sex Education* como recurso didático e formativo, os autores mostram que a cultura midiática tem ocupado o espaço deixado pela escola, muitas vezes sem a devida contextualização ou profundidade. Para eles, a ausência de mediação pedagógica diante dos conteúdos consumidos por adolescentes pode gerar confusão, insegurança e desinformação, sobretudo em temas mais sensíveis como consentimento, prazer e identidade de gênero.

É consensual entre os autores que apesar das diferentes abordagens, convergem em um ponto essencial: a educação sexual precisa deixar de ser eventual e tornar-se um eixo estruturante da formação humana nas escolas. Conforme apontado por Garbarino (2021), ao tratar da infância e da construção da

sexualidade, a escola precisa assumir uma postura ativa, mediadora e acolhedora, não apenas informativa, mas formativa — capaz de desenvolver valores éticos, empáticos e críticos frente à diversidade.

Dessa forma, as contribuições recentes reafirmam o que já vinha sendo defendido por Nogueira *et al.* (2016) e pela UNESCO (2018): a educação sexual deve ser compreendida como um direito humano fundamental, articulada a uma pedagogia da escuta, do cuidado e do respeito às diferenças. Não se trata apenas de transmitir informações biológicas, mas de construir espaços de reflexão sobre valores, mitos e tabus, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e o exercício pleno de sua cidadania.

Portanto, o desafio contemporâneo não é apenas inserir conteúdos sobre sexualidade nos currículos escolares, mas construir condições políticas, pedagógicas e formativas que possibilitem aos professores enfrentar o tema com criticidade, segurança e sensibilidade. Nesse processo, torna-se urgente a revisão dos cursos de licenciatura, a implementação de políticas de formação continuada e a articulação entre escola, família e comunidade para garantir uma educação sexual ampla, emancipadora e comprometida com a justiça social.

Ao direcionar o olhar para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), principal documento orientador da Educação Básica no Brasil, expressa esse silenciamento de maneira explícita. Pesquisadores como Moeller (2020) e Araújo (2022) demonstram que os termos “gênero” e “sexualidade” foram progressivamente retirados das versões preliminares até a versão final da BNCC, devido à pressão de grupos religiosos e políticos conservadores. Segundo Moeller, esse apagamento reflete uma ofensiva político-ideológica que pretende restringir a educação à reprodução de valores tradicionais e religiosos, retirando do currículo a possibilidade de uma formação cidadã crítica, plural e emancipadora.

A omissão curricular tem também profundas implicações na formação docente. Zimmer e Buss-Simão (2022) analisaram documentos orientadores de cursos de pedagogia e constataram que as temáticas de gênero e sexualidade aparecem de forma tímida, muitas vezes como tópicos opcionais ou inseridos de modo transversal e superficial. Essa ausência compromete a capacidade dos futuros professores de abordar essas temáticas em sala de aula de maneira crítica e sensível. A falta de preparo docente reforça o ciclo de silenciamento, uma vez que muitos educadores evitam tratar do tema por receio, desconhecimento ou medo de retaliações.

Nesse cenário, Guizzo e Ripoll (2015) destacam que as produções didáticas — como livros e cadernos pedagógicos — tendem a reproduzir o mesmo padrão excludente dos documentos curriculares. Em sua análise de materiais didáticos, os autores evidenciaram que a maioria dos conteúdos sobre sexualidade limita-se à dimensão biológica e reprodutiva, ignorando aspectos afetivos, identitários e culturais. Essa abordagem reducionista não só empobrece o conhecimento, como reforça estereótipos de gênero e marginaliza identidades LGBTQIA+ no ambiente escolar.

Silva *et al* (2023) e Rezende e Amin (2021) reforçam essa crítica ao afirmar que a educação sexual nas escolas públicas brasileiras é predominantemente normativa, centrada em práticas de prevenção (como ISTs e gravidez), sem diálogo com a diversidade de vivências sexuais e afetivas. Essa limitação, segundo os autores, decorre de diretrizes curriculares que desconsideram a sexualidade como direito humano e como componente fundamental da formação ética e cidadã dos estudantes.

Araújo (2022) em sua análise crítica da BNCC, propõe que, diante da exclusão dos temas de gênero e sexualidade do currículo obrigatório, é necessário criar alternativas institucionais, como a oferta de disciplinas eletivas que abordem tais questões de forma transversal e problematizadora. Para o autor, resistir ao silenciamento curricular exige ações pedagógicas conscientes que transformem a escola em um espaço de escuta, acolhimento e construção de saberes sobre as múltiplas formas de ser, sentir e amar.

Por outro lado, iniciativas baseadas na pedagogia *queer*, como defendem Rezende e Amin (2021), propõem um currículo que questiona a naturalização das normas de gênero e sexualidade. Essa abordagem não apenas reconhece a diversidade, mas também transforma o currículo em espaço de resistência e reconstrução epistemológica. A escola deixa de ser um reprodutor de silêncios e passa a ser um território de disputa por significados, onde estudantes e professores podem se reconhecer, se expressar e se libertar das amarras normativas.

Hernandes (2017) em seu estudo sobre o silenciamento institucional da discussão de gênero nos planos educacionais, argumenta que a omissão não é um acaso ou erro técnico, mas uma estratégia deliberada de exclusão. Para a autora, o silêncio é um instrumento político que define quem pode ser visível na escola e quem permanece invisível. Assim, a ausência de gênero e sexualidade nos currículos e materiais didáticos reproduz desigualdades, viola direitos e compromete a construção de uma educação democrática.

Na escola, essas questões se apresentam de forma explícita, temos um excesso de informações distorcidas veiculadas por diversos canais e promover esse debate nas salas de aulas é fundamental para elucidar as distorções das notícias. O tema sexualidade, vem sendo deixado de lado no currículo escolar, em razão das controvérsias vivenciadas pelos professores, na sala de aula e na formação de professores (FIGUEIRÓ, 2018). A escola é permeada por informações distorcidas e sensacionalistas, amplificadas pelas redes sociais e conflitos culturais, que exigem um espaço educativo capaz de desmistificar falsidades e promover compreensões embasadas. Assim, o ensino de sexualidade, quando ausente, priva estudantes de navegarem criticamente pelas complexas narrativas contemporâneas (CARMO SILVA; PINHEIRO TEIXEIRA, 2024).

Essa demanda é validada por diversos estudos recentes. Cabe ressaltar que há uma negligência também na formação dos professores nas licenciaturas no Ensino Superior ao abordar essa temática. Em

SP, Gonçalves (2023) constatou que currículos de licenciatura em Ciências Humanas abordam gênero e sexualidade apenas superficialmente, conforme metodologia de caso e percepção de docentes em formação. Conforme apontado por Mendel e Miranda (2023), há um distanciamento preocupante entre as necessidades sociais contemporâneas e a estrutura formativa dos cursos de licenciatura, sobretudo na área de Ciências Naturais. Os autores revelam que, mesmo nos cursos que deveriam contemplar a diversidade humana como eixo estruturante, o debate sobre sexualidade é superficial, quando não ausente. Essa negligência formativa compromete a atuação docente em um contexto educacional que demanda respostas éticas e críticas diante da violação de direitos e da persistência de violências de gênero no cotidiano escolar.

Corroborando essa análise, Miranda e Campos (2022) ressaltam que a educação sexual nas escolas deve ser encarada como uma necessidade urgente, não apenas por seu caráter informativo e preventivo, mas por seu potencial de formação cidadã. Ao negligenciar essa dimensão da formação humana, a escola reproduz normas excludentes e silencia a pluralidade dos sujeitos que nela habitam. A ausência de um currículo crítico e emancipador, portanto, intensifica as desigualdades estruturais e contribui para a perpetuação de estigmas, tabus e preconceitos.

Nesse cenário, experiências como a descrita por Di Santo *et al.* (2023), desenvolvida no Instituto Federal de Goiás (IFG), demonstram o potencial transformador de ações educativas que promovem o diálogo crítico por meio de rodas de conversa sobre gênero e sexualidade. Os autores destacam que tais estratégias pedagógicas são fundamentais para romper o silêncio institucional e fomentar uma educação comprometida com os direitos humanos, a inclusão e a equidade.

Sob a perspectiva formativa, Valadares e Lima (2024) analisaram currículos de Educação Física da UEFS, identificando uma presença tímida desses temas, sem diretrizes claras na formação docente. Complementarmente, Fernandes e Porto dos Santos (2025) reforçam que, para promover inclusão real, o currículo escolar precisa integrar essas questões de modo sistemático e transversal.

Gatti *et al.* (2019) reitera que a situação social que vivenciamos contemporaneamente não pode ser deixada de lado quando se pensa educação das novas gerações: seus movimentos, diferenciações, conflitos, realizações, contradições e renovações/inovações. De um lado, porque são constitutivos das relações nas próprias redes escolares e escolas, como também das mediações construídas pelos seus professores, estudantes, gestores, funcionários e famílias. De outro, porque a tomada de consciência de determinado momento sócio-histórico em cenário de mudança acentuada pode fazer emergir alternativas de ação mais efetivas.

Segundo Apple (1989), Freire (1979, 1987, 1996), Contreras (2012) e Giroux (2017), a escola, ao se configurar como um espaço de intensa disputa por valores, conhecimentos e atitudes, emerge como um

cenário estratégico onde os professores podem desenvolver uma resistência proativa contra o processo histórico e social de erosão da autonomia e do esvaziamento das noções éticas e políticas que fundamentam a prática educativa. Por meio de ações e reflexões coletivas, esses educadores podem contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente libertadora, ampliando seu alcance e impacto na sociedade.

Autores como Louro (2018) e Britzman (2014) destacam que a escola é um espaço onde não apenas se reproduzem discursos normativos sobre gênero e sexualidade, mas também onde esses discursos são produzidos, performados e naturalizados. Segundo Louro, o currículo escolar é um dispositivo de poder que regula as formas legítimas de viver e expressar a sexualidade, estabelecendo o que pode ou não ser dito, ensinado e aprendido. Nessa lógica, a omissão curricular é uma forma de controle social e de manutenção de uma ordem sexual heteronormativa, que nega a diversidade e silencia os corpos dissidentes.

Dessa maneira, a escola se configura como um espaço extremamente poderoso, cabendo aos profissionais que atuam nela a responsabilidade de orientar, discutir e refletir sobre temas como sexualidades, diversidades e gênero (VIEIRA, 2017). No entanto, a efetiva inclusão desses temas encontra barreiras estruturais e ideológicas. O conservadorismo moral, ainda presente na cultura escolar, frequentemente resulta na ocultação ou omissão de conteúdos relevantes sobre sexualidade. A pergunta que sustenta esta pesquisa é: Como os temas gênero e sexualidade estão sendo abordados e integrados na prática pedagógica cotidiana? A justificativa se baseia na relevância de enfrentar a ausência desse debate, especialmente diante do aumento das controvérsias educacionais nos últimos anos.

Diante disso, a necessidade de revisão das políticas públicas educacionais é urgente. A inclusão efetiva dos temas de gênero e sexualidade no currículo da Educação Básica exige mais do que a inserção de conteúdos; requer uma mudança paradigmática na forma como se compreende o papel da escola na sociedade. Como afirmam Vianna (2012) e Giroux (2017), a educação deve ser pensada como prática política capaz de formar sujeitos críticos e transformadores, aptos a enfrentar as injustiças sociais e a lutar por uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Portanto, a omissão curricular dos temas de gênero e sexualidade não pode ser compreendida como uma falha pontual ou circunstancial. Trata-se de um projeto ideológico de silenciamento, que atua nos currículos, na formação docente, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas. Superar esse silenciamento exige compromisso ético, político e pedagógico com uma educação que reconheça e valorize a diversidade, promova o respeito às diferenças e contribua para a construção de uma cultura escolar verdadeiramente emancipadora.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, ancorada em uma perspectiva dialógica entre dados empíricos e fundamentação teórica crítica. Conforme Creswell e Plano Clark (2021), os métodos mistos são apropriados quando se busca compreender fenômenos complexos que demandam tanto uma análise interpretativa quanto descritiva de dados. A natureza do objeto investigado — a presença e o tratamento das temáticas de gênero e sexualidade em produtos educacionais de programas de pós-graduação stricto sensu — exige, portanto, uma abordagem metodológica que contemple essa complexidade.

A escolha da análise documental como estratégia principal justifica-se pelo caráter institucional e pedagógico dos materiais examinados. Segundo Cellard (2008), os documentos constituem testemunhos significativos das práticas sociais e históricas de uma determinada coletividade, sendo, por isso, fontes preciosas para a investigação educacional. Bardin (2016), ao discutir a análise de conteúdo, destaca que essa abordagem permite a extração sistemática de informações com vistas à interpretação crítica, o que se articula diretamente com o enfoque adotado neste estudo.

A análise documental foi conduzida com base nas proposições de Iglesias e Gómez (2004), que compreendem os documentos como objetos simbólicos dotados de intencionalidade e historicidade. Para esses autores, a análise vai além da descrição e se estabelece como um exercício de interpretação crítica e contextualizada. Complementarmente, Gatti (2017) argumenta que a leitura documental deve ser informada por critérios rigorosos de seleção, categorização e triangulação, assegurando validade e coerência interna à pesquisa.

Os documentos analisados consistiram em quatro produtos educacionais vinculados a programas de mestrado profissional da região Sul do Brasil, identificados por meio de buscas sistemáticas na Plataforma Sucupira/CAPES, utilizando os descritores: “Sexualidade”, “Ensino de Ciências” e “Produtos Educacionais”. O recorte temporal abrange o período de 2013 a outubro de 2022, com o objetivo de mapear práticas mais recentes, considerando o contexto de tensões culturais e normativas que atravessam a abordagem da sexualidade no espaço escolar.

A leitura dos materiais foi orientada por quatro categorias analíticas, construídas a partir do diálogo com a literatura crítica: (i) presença explícita ou transversal das temáticas de gênero e sexualidade; (ii) abordagem crítica e problematizadora dos conteúdos; (iii) articulação com os princípios dos direitos humanos e da justiça social; (iv) potencial emancipatório das práticas pedagógicas. Tais categorias refletem a perspectiva de uma análise que, como defendem Bauer e Gaskell (2008), se baseia na

compreensão dos documentos como produções discursivas ancoradas em contextos socioculturais e políticos específicos.

Nesse sentido, a pesquisa não se limita à leitura técnica dos materiais, mas propõe uma interpretação crítica, em consonância com Flick (2018), que recomenda a utilização da análise documental em articulação com teorias sociais críticas, especialmente em pesquisas que lidam com temas sensíveis como sexualidade e diversidade. A esse respeito, Lankshear e Knobel (2011) enfatizam que a metodologia na pesquisa educacional deve estar comprometida com a transformação social e o enfrentamento das desigualdades, o que reforça a opção por uma abordagem metodológica ética e emancipadora.

Compreendemos que análise pode revelar tanto avanços quanto lacunas na abordagem da sexualidade em propostas pedagógicas, configurando-se como um campo fértil para o desenvolvimento de práticas educativas comprometidas com a justiça social. Como afirmam Lüdke e André (2015), a análise documental crítica permite desvelar aspectos ocultos do discurso institucional, funcionando como ferramenta de denúncia, resistência e reconstrução epistemológica.

Assim, a metodologia aqui adotada busca evidenciar como os discursos educacionais sobre sexualidade têm sido construídos, legitimados e tensionados no interior da produção acadêmica recente. Ao examinar os produtos educacionais à luz de uma matriz crítica, reafirma-se o compromisso com uma educação que reconheça e valorize a diversidade, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais democráticos, inclusivos e reflexivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise de produtos educacionais sobre educação sexual em programas de mestrado profissional

A presente seção apresenta os achados resultantes de um levantamento bibliográfico realizado com base em palavras-chave relacionadas à Educação Sexual no contexto de programas de mestrado profissional, com foco na produção de produtos educacionais voltados para a Educação Básica. A análise identificou apenas quatro pesquisas que se enquadram nos critérios estabelecidos, o que revela uma escassez significativa de estudos e materiais didáticos dedicados a essa temática nos programas investigados.

O primeiro trabalho identificado é de autoria de Leonardo Cardozo Vieira (2017), desenvolvido no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, campus Pelotas, no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação. A proposta do autor contempla uma abordagem ampliada da Educação Sexual, não restrita a aspectos biológicos ou preventivos, mas voltada à discussão das sexualidades e das

diversidades de gênero. Vieira propõe reflexões que ultrapassam o ensino dos órgãos reprodutivos e prevenção de doenças, incentivando debates sobre a condição da mulher na sociedade, o sexismo, os preconceitos sexuais e a heteronormatividade. O caderno pedagógico resultante da pesquisa inclui sugestões de filmes e textos como recursos de apoio à prática docente, evidenciando uma tentativa de articular teoria e prática pedagógica de forma crítica e inclusiva.

Os demais produtos educacionais foram produzidos no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Em 2013, Franzão apresentou a pesquisa intitulada "Sequência Didática para o Ensino do conteúdo Ciclo Menstrual: uma experiência com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental", cuja principal contribuição foi um caderno pedagógico contendo fundamentação teórica, sequências didáticas e sugestões de materiais diversificados. Essa proposta se alinha a uma abordagem contextualizada do conteúdo biológico, buscando romper com metodologias tradicionais e descontextualizadas.

Em 2014, Kiel elaborou o produto "Orientação Sexual no espaço escolar para alunos do Ensino Médio sob a perspectiva da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)", com a produção de um guia didático voltado à atuação docente. A perspectiva CTS utilizada confere ao material uma dimensão crítica e reflexiva, promovendo o debate sobre sexualidade como um fenômeno sociocultural e científico, além de possibilitar sua adaptação a diferentes realidades escolares.

Por fim, em 2017, Mizunuma desenvolveu o estudo "Educação científica no Ensino Fundamental I: A questão da Educação Sexual", resultando em um caderno de orientações ao professor que propõe o uso da literatura como estratégia de mediação didática. Os resultados indicam que a literatura pode ser uma ferramenta potente para abordar a temática da Educação Sexual, sobretudo em contextos marcados por resistência ou censura. A autora destaca que esse recurso contribui para uma abordagem sensível, interdisciplinar e acessível, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento crítico dos estudantes.

Apesar das relevantes contribuições dos trabalhos analisados, o número reduzido de pesquisas evidencia uma lacuna significativa na formação docente e na produção de recursos didáticos voltados à Educação Sexual na Educação Básica. Essa escassez pode contribuir para abordagens superficiais ou ausentes do tema nas escolas, comprometendo a formação integral dos estudantes e a promoção dos direitos humanos e da equidade de gênero. Mesquita *et al*. (2023) destacam que, mesmo havendo orientações normativas para estruturação de uma educação sexual sob a perspectiva biopsicossocial nas escolas, sua implementação esbarra na formação inadequada dos professores e no conservadorismo familiar, consolidando a sexualidade como tabu e limitando os diálogos em sala de aula.

Silva (2007) e Louro (2018) argumentam que a ausência da temática da sexualidade nos currículos escolares contribui para a manutenção de preconceitos, invisibilidades e violências simbólicas. Sombrio

e Corbellini (2024) em identificaram em um estudo alguns elementos sobre o trabalho de gênero e sexualidade na escola, as quais cita a ausência de intervenção, abordagem interdisciplinar, uso de tecnologias, e realização de palestras com suporte externo. Essa categorização reflete preocupações sobre a forma como tais produtos — frequentemente em forma de projetos ou guias — se estruturam em torno de estratégias diversas, porém limitadas por causas institucionais.

Em síntese, os produtos educacionais identificados demonstram esforços importantes na direção de uma Educação Sexual crítica e emancipatória. No entanto, a baixa incidência dessas produções nos programas de pós-graduação profissionais exige atenção por parte das instituições formadoras, das agências de fomento e das políticas públicas educacionais, a fim de estimular investigações e práticas pedagógicas comprometidas com os direitos, a diversidade e a justiça social.

Abordagem do tema sexualidade na educação

No contexto escolar, as questões relacionadas à sexualidade vêm sendo negligenciadas, principalmente nos últimos anos. O tema ainda é enfrentado como um desafio pelos professores, pois permanece sendo visto como tabu. Além da influência religiosa e familiar, que, muitas vezes, conflitam com a atual realidade.

Nesse sentido Moreira e Folmer (2011) asseveram que as fragilidades na formação acadêmica dos profissionais da educação também são fatores determinantes aos desafios do ensino de sexualidade nas escolas. Diante disso, ressalta-se a importância de formação inicial e continuada, para os profissionais da educação, acerca de questões de sexualidade e educação sexual, a fim de contribuírem para a formação de cidadãos livres de preconceitos e pautados no respeito a si mesmo e ao outro enquanto sujeitos de direitos.

Atualmente, a abordagem de educação para a sexualidade vem ocupando significativos espaços dentro e fora da escola, inclusive nos meios de comunicação, tornando-a centro de discussões em diversos espaços sociais, visto que o tema envolve valores e crenças, históricos e socialmente construídas. A escola é um espaço social e de formação do indivíduo e como tal, traz complexidades ao discutir e vivenciar temas polêmicos e tidos como tabu. Cabe a ela orientar os alunos e esclarecer as dúvidas a esse respeito (BARBOSA, FOLMER, 2019).

Para compreender melhor a importância da educação sexual na escola, antes é necessário compreender o conceito e as finalidades da educação sexual. De acordo com Nogueira *et al*., (2016), educação sexual é um conjunto de informações direcionadas as questões da sexualidade e suas nuances como o corpo, relacionamento sexual, sentimentos, assim como, oportunizar a discussão sobre valores,

mitos e tabus que está ligado ao sexo. Segundo os autores, as informações fornecidas durante a educação sexual são um direito inerente a todas as pessoas.

A Unesco (2018) também ressalta que: Educação em sexualidade desempenha um papel central na preparação de jovens para uma vida segura, produtiva e satisfatória em um mundo onde HIV, AIDS, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez indesejada, violência baseada em gênero (VBG) e a desigualdade de gênero ainda representa sérios riscos ao seu bem-estar e, compreende e assegura a proteção de seus direitos ao longo de suas vidas.

Dessa forma a Educação Sexual abordada na escola, se propõe a organizar um espaço de reflexão e questionamentos sobre tabus, crenças e valores a respeito da sexualidade. Nesse sentido, trabalhar a Educação para a Sexualidade na escola é um processo em construção incessante, pois muitas questões precisam ser resolvidas, começando pela formação dos professores, na qual já foram feitos investimentos de diferentes ordens desde a década de 1990, visando preparar professores para lidar com as questões de sexualidade nas escolas, sabendo-se que os professores iriam trabalhar com essa temática e, consequentemente, lidar com dúvidas, perguntas, brincadeiras, preconceitos e etc. Por isso, é necessária uma formação específica e continuada, tratando o tema com postura consciente, tornando a sala de aula um espaço de reflexões sobre valores e preconceitos. (BARBOSA; FOLMER, 2019).

Nessa perspectiva, entendemos que a educação sexual no contexto escolar é necessária, para a formação da sexualidade de crianças e jovens, pois visa fortalecer sua capacidade de fazer escolhas seguras, saudáveis e conscientes e, sobretudo, fortalecer atitudes respeitosas em relação aos relacionamentos. A citação abaixo apresentada corrobora com essa discussão ao asseverar que: “a escola e os educadores têm papel fundamental, podendo contribuir positivamente para uma educação integral, social e culturalmente libertadora, na qual, o conhecimento ultrapasse a técnica e o conteúdo dos currículos das disciplinas, tornando claras as relações entre o saber e a vida” (BARBOSA; FOLMER, 2019).

Gênero e sexualidade na escola e suas controvérsias

Segundo a psicóloga e doutora em educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mary Neide Figueiró, a investida sobre a educação, especificamente ao conteúdo que envolve a sexualidade, é um ataque à liberdade de ensino. Segundo a autora.

> A educação sexual é o inverso da erotização da criança. Ela tem a finalidade de levar informação e conhecimento sobre tudo o que diz respeito ao corpo, para que as pessoas entendam de onde vieram”. “A escola não é pra aprender a fazer sexo. Quando o pai bota o filho na escola, quer que ele aprenda alguma coisa”. A frase, proferida pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) em uma

> transmissão realizada em seu perfil do Facebook, na sexta-feira (9/11), foi uma resposta ao debate que tem tomado as redes sociais nos últimos dias. Afinal de contas, as escolas devem ou não tratar de sexualidade em sala de aula? Especialistas explicam a importância de falar sobre o assunto com as crianças (FIGUEIRÓ, 2018, p. 254).

Nesse sentido, Figueiró (2018), argumenta que o debate tem crescido desde as eleições para presidente em 2018, e para corroborar com esse debate destaca-se o projeto Escola Sem Partido apresentado à Câmara dos Deputados, naquela época, restringindo a atuação de professores em relação à educação sexual. O uso dos termos "gênero" e "orientação sexual" também ficariam proibidos nas salas de aula de todo o país. Dessa forma o projeto Escola Sem Partido propôs que a educação sexual e moral aconteça dentro de casa, não nos ambientes escolares, por meio de conversas com a família. Com professores sendo denunciados, caso abordassem o tema.

De acordo com uma estimativa do Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (Unicef), registros apontam que 9 em cada 10 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são cometidos por um conhecido das vítimas. Grande parte é parente. "Uma criança que entende o que é sexo está mais preparada para não ser vítima do abuso sexual", garante a especialista. Segundo a psicóloga a falta do debate sobre o tema na escola pode propiciar um entendimento ainda menor sobre sexualidade e do que se trata um abuso. "A ingenuidade torna esse indivíduo um ser vulnerável, que não entende o que se passa quando ele se vê envolvido em contato sexual com uma pessoa mais velha" (FIGUEIRÓ, 2018).

Diante desses fatos, segundo Moeller (2020), na construção do documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), houve tentativas políticas de apagamento curricular de termos como raça, gênero e sexualidade. Essas tentativas se deram graças à influência de grupos da direita religiosa conservadora, composta por evangélicos e católicos, juntamente com aqueles grupos interessados em manter a natureza eurocêntrica do currículo brasileiro e os interesses empresariais neoliberais que dominam a política educacional.

Apesar das contestações em relação à ocorrência dos termos orientação sexual, identidade de gênero, homossexualidade e homofobia. Na versão final da BNCC, esses termos foram removidos, restando apenas algumas referências à sexualidade no que diz respeito à reprodução, reflexo da intensa pressão heteronormativa criada por evangélicos conservadores e movimentos religiosos, evangélicos e católicos (MOELLER, 2020).

Em 2019, um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstrou que o Brasil tem gravidez acima da média latino-americana quando se trata de mães jovens. O levantamento indicou que a cada mil garotas, a taxa é de 68,4 que se tornam mães antes dos 20 anos. Os dados de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis também são alarmantes: nos últimos 10 anos, o número de novos

casos de HIV diagnosticados no país quase que triplicou entre os jovens de 15 a 24 anos (FIGUEIRÓ, 2019).

A autora apresenta que em uma carta, organizada pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), professores e pesquisadores argumentam pela promoção de diversidade de opiniões e combate à discriminação. Apoiado na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012), o movimento defende a autonomia dos educadores e a formação para cidadania (FIGUEIRÓ, 2019).

Nesse sentido, em contraposição a essas forças conservadora e uma suposta doutrinação surgem os movimentos que reforçam a importância de uma educação sem preconceito.

Segundo Figueiró (2018) não é possível influenciar a sexualidade de ninguém e nem é esse o objetivo das escolas, em defesa do ensino como uma ferramenta de enfrentamento ao bullying. Explicar para uma criança que o homossexual é aquela pessoa que sente atração por uma pessoa do mesmo sexo e que transexual é uma pessoa que não se identifica com o corpo biológico, não vai tornar ninguém homossexual porque isso não é uma questão de escolha. É uma questão de identidade pessoal (FIGUEIRÓ, 2018).

A escola configura-se então como ambiente de confluência e expressão das contradições da sociedade, na qual se torna possível pensar a ação docente "como uma força que pode atuar tanto a favor da continuidade social, como pela transformação do mundo em que vivemos" (CARR, KEMMIS, 1986).

Sob tal visão de mundo, o desenvolvimento de esforços no sentido da construção de outra formação docente contra hegemônica, adquire centralidade, orientada para a práxis, respaldada em uma concepção de educação que reconheça, respeite e contribua para a formação dos sujeitos educacionais segundo suas possibilidades enquanto agentes transformadores da realidade. Agentes que descubram sua condição de inconclusão, mas também sua capacidade de ação coletiva vigorosa, por meio da qual poderão operar na construção do "ser mais" (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, é comum encontrar profissionais da educação com posicionamentos neutros, ou que ignoram a abordagem desses assuntos em suas aulas, justificada pela falta de conhecimentos. De acordo com Louro (1997),

> É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. Podemos estender as análises de Foucault, que demonstraram o quanto as escolas ocidentais se ocuparam de tais questões desde seus primeiros tempos, aos cotidianos escolares atuais, nos quais podemos perceber o quanto e como se está tratando (e constituindo) as sexualidades dos sujeitos (LOURO, 1997, p. 81).

Nas discussões que envolvem o termo “gênero” observa-se vários aspectos, além de, frequentemente serem utilizados como um substituto para o termo mulheres, o termo “gênero” é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres seja necessariamente informação sobre os homens, que estudar um, envolve estudar o outro. Essa utilização denota que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. O uso do termo “gênero” rejeita a validade interpretativa da ideia de campos separados e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995).

Segundo Scott (1995), o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Para Louro (2018), todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de se viver e de se construir identidades de gênero e sexuais. Na verdade, tais transformações constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto. Dessa forma, a discussão sobre gênero no ambiente escolar torna-se importante em todos os momentos, principalmente no tema sexualidade onde o termo não pode aparecer dissociado dessa discussão.

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a disseminação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995).

Vale ressaltar que, apesar da politização feita em torno desse debate, que joga tal discussão para um terreno ameaçador, promove terrorismo, e evita que os professores abordem o assunto em suas aulas, a inclusão dos temas Gênero e Sexualidade gerou debates calorosos, em anos anteriores a publicação da versão final, mas, atualmente, vê-se o apagamento desses termos nos documentos oficiais, como a BNCC e como consequência a falta da abordagem em livros didáticos (MOELLER, 2020).

A BNCC se tornou o documento mais importante na iniciativa de reforma educacional. A alteração foi resultado do trabalho de um conjunto diversificado de atores. Entre setembro de 2015 e dezembro de 2017, ocorreu um intenso processo curricular de revisão por equipes de 116 especialistas inicialmente convocados pelo Ministério da Educação e um complexo processo participativo que levou à eventual passagem da BNCC para lei federal (MOELLER, 2020).

Moeller (2020) destaca que o Brasil tem o maior número de católicos que qualquer país do mundo. Na década de 1990, em resposta aos ganhos dos movimentos sociais feministas, direitos das mulheres e LGBTQ, em escala global, inclusive no Brasil, o Vaticano inventou o conceito de 'ideologia de gênero' como uma ideologia promovida por esses grupos que 'ameaça a "ordem da criação" e a estabilidade da reprodução social.

Dessa forma é possível compreender de onde surgem alguns termos que influenciam as decisões nas políticas educacionais que influenciam toda a construção de documentos oficiais que norteiam nossa prática escolar.

Segundo Moeller (2020), após a contestação entre cada versão da BNCC, todas as ocorrências dos termos orientação sexual, identidade de gênero, homossexualidade e homofobia foram removidos para a versão final do documento. Restaram apenas algumas referências à sexualidade no que diz respeito à reprodução, reflexo da intensa pressão heteronormativa criada por evangélicos conservadores e movimentos católicos.

Nesse sentido, vale destacar que a discussão sobre gênero e sexualidade na escola passa por avanços e retrocessos, portanto, cabe aos professores, principalmente os das disciplinas de Ciências e Biologia, encontrarem possíveis saídas para a abordagem do tema na escola, uma vez que é direito dos estudantes conhecerem seus corpos em toda a sua integralidade e discutir as transformações físicas e mentais que ocorrem nos mesmos (CÉSAR, 2009).

A nossa história da sexualidade tem origem e desdobramentos onde não queremos mais ter qualquer familiaridade, porém, certos exemplos ainda são de exclusão e violência em práticas sexuais não normativas. Um século depois das primeiras tentativas de organizar um programa de educação sexual nas escolas brasileiras, o “sexo bem-educado”, deu lugar ao “sexo responsável, seguro e saudável”. Com abordagem na anatomia, fisiologia e nas ISTs, sem levar em conta a abrangência do tema. O trabalho com a diversidade sexual na escola pressupõe uma disposição para discutir a nova lógica da “normalidade” das práticas e discursos sexuais e desenvolver a capacidade de desestabilizar o conhecimento em nome da liberdade, levando o pensamento a transcender em nome de outras possibilidades de conhecimento e amor (CÉSAR, 2009).

É preciso considerar que a sexualidade, é parte do ser humano, que envolve questões sobre gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. Dessa forma, a necessidade estudantil de falar sobre o tema sexualidade mostra que a Educação Sexual e seus temas perpassam as relações pessoais, porque fazem parte de suas constituições como sujeitos e identidades. Assim, as ‘fugas’ da discussão acabam sendo percebidas pelas(os) estudantes, como forma do despreparo

das(os) docentes para abordar essas questões (FURLANI, 2019). E, a inexistência desses temas em um referencial curricular, passa a ser um 'alívio' para determinados profissionais.

Surgiu uma "epistemologia" da saúde, a escola como construtora de dispositivos disciplinares, onde qualquer decisão teórica e epistemológica é também política, sendo importante a presença de reflexões sobre as implicações das políticas de sexualidade. Sendo que o currículo possui uma matriz que, além de masculina, é heterossexual. Com essa nova perspectiva "epistemológica" se encontra com as teorizações *queer*, produzindo questionamentos sobre os limites do discurso do sexo e da sexualidade marcados por uma concepção naturalizada, a-histórica e monolítica. (CÉSAR, 2009).

Entretanto buscar a formação epistemológica na formação dos professores é um desafio nos cursos de formação continuada nas escolas públicas e nos cursos de licenciatura nas universidades. Essa formação requer a compreensão da teoria *queer,* que traz à tona a discussão não somente sobre a constituição dos sujeitos da sexualidade, como também sobre os próprios limites daquele modelo de construção de conhecimento e o quanto cada sujeito ou grupo suporta (des)conhecer. Neste sentido, a teoria *queer* demonstra que o sexo, o corpo e o próprio gênero são construções culturais, linguísticas e institucionais geradas no interior das relações de saber-poder-prazer, determinadas pelos limites do pensamento moderno (CÉSAR, 2009).

Toda essa compreensão que envolve gênero e sexualidade trás para os professores e a comunidade escolar, uma transformação na conduta social, colaborando com a forma de ver seu próximo, com um olhar mais humano e fraterno.

Silêncios curriculares e resistências docentes: a urgência da educação sexual como projeto político e emancipador

É evidente que nem o crescimento dessa produção nem os temas por ela priorizados se dão ao acaso. O contexto de formulação das políticas de educação e a produção acadêmica influenciam-se mutuamente na construção do que pode caracterizar-se, quem sabe em futuro próximo, como um campo específico da produção acadêmica educacional (VIANNA, 2012).

Dessa forma, quando o Livro Didático ou práticas pedagógicas direcionam abordagens ou negam assuntos importantes e de fundamentais discussões, estão (re)produzindo conceitos socialmente formados. O silêncio é um instrumento político de apagamento e assim, o que a história não diz, escapa às narrativas da tradição.

Esta posição crítica e emancipatória acerca da formação docente, coaduna-se com as formulações de Giroux (2017) a respeito da necessidade de constituição dos professores enquanto intelectuais

transformadores. Giroux defende que os professores sejam agentes ativos e críticos no pensar e definir sobre o currículo, a organização escolar e a sua função social, buscando forjar novas relações, pautadas na coletividade entre professores, como meio de construção de uma cultura educacional emancipatória.

Dessa forma, pautar o tema gênero e sexualidade na escola é uma forma de construção de espaços de resistência, de novas vivências e de proposições críticas e autocríticas das suas condições existenciais (GIROUX, 2017), enquanto indivíduo e sociedade, para a efetivação das construções conjuntas de identidade individual e coletiva.

Segundo Figueiró (2019) a Educação sexual nas escolas é menor do que imaginamos, tendo em vista que, atualmente, menos de 20% das escolas públicas do país têm projetos amplos e contínuos de educação sexual voltados para crianças e adolescentes do Ensino Fundamental.

Dessa forma, Figueiró (2018), esclarece que o que ocorre com mais frequência são iniciativas pontuais. Algumas escolas podem fazer um trabalho de educação sexual na 4ª e nas 6ª séries ou na 5ª e na 8ª porque uma professora ‘x’ ou outra ‘y’ resolve fazer esse trabalho. Então, pode ser que a gente tenha um número maior de escolas que façam um trabalho pontual aqui, outro ali, com uma professora, esporadicamente, mas estou dizendo educação sexual como projeto amplo, completo, desenvolvido ano a ano.

Contudo, Figueiró (2018) assevera que há indícios de que têm faltado iniciativas substanciais e continuadas, que partam de secretarias estaduais e municipais, bem como do MEC, com o objetivo de formar educadores para dar conta da educação sexual como um todo, envolvendo as variadas temáticas que lhe são pertinentes, a começar, por exemplo, pela explicação, de forma positiva e verdadeira, sobre de onde vêm os bebês”, avalia a pesquisadora.

Esse é um dos inúmeros entraves para uma efetiva implementação da educação sexual no sistema de ensino brasileiro, mas, para a especialista, existe um, que está na base da maioria deles: é achar que, se falar sobre sexo com as crianças e os adolescentes, eles vão querer fazer sexo. Esse é um tabu, é um mito muito grande. Tanto professores quanto pais, mães, profissionais da saúde e de outras áreas ainda acreditam nisso (FIGUEIRÓ, 2018).

Ainda segundo Figueiró (2019) estudos feitos no Brasil e no exterior comprovam que crianças e adolescentes com uma boa educação sexual em casa e, sobretudo, na escola deixarão para iniciar sua vida sexual mais tarde em comparação aos que não a têm, e isso ocorre porque eles passam a entender a seriedade da situação. Para formar educadores sexuais é fundamental conhecer o que os professores pensam sobre o tema e, a partir daí, levar em consideração suas ideias, opiniões, conhecimentos, necessidades e experiências.

Diante dos produtos educacionais analisados percebe-se que, dos quatro, apenas um, trabalhou com a sexualidade em seus múltiplos olhares, os demais, focaram na questão reprodutiva, sem levantar temas polêmicos. Compreende-se a partir dessa análise que, a abordagem na educação parte de diretrizes apresentadas em documentos oficiais, com políticas públicas claras visando a formação dos professores e a participação deles na criação de políticas educacionais (FIGUEIRÓ, 2019; MOELLER, 2020).

Segundo Furlani (2019) trabalhar a Educação para a Sexualidade na escola é um processo em construção incessante e de muitas articulações, em que todas e todos aprendem, muitas questões precisam ser resolvidas, começando pela formação dos professores, com orientação ao trabalho pedagógico, para saberem lidar com a linguagem, perguntas, brincadeiras e preconceitos que surgem no dia a dia escolar.

Dessa forma torna-se imprescindível que políticas públicas sejam revistas e estruturadas para que esse tema extremamente importante na formação dos seres humanos seja implementado nas salas de aulas da Educação Básica e Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste estudo revelou uma realidade preocupante no campo educacional brasileiro: a persistente omissão dos temas gênero e sexualidade nos currículos escolares e nos materiais pedagógicos produzidos, inclusive no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Ao investigar os produtos educacionais oriundos de programas de mestrado profissional na região Sul do Brasil, constatou-se que, mesmo entre as produções acadêmicas voltadas à Educação Básica, predomina uma abordagem limitada à dimensão biológica da sexualidade, com raras iniciativas que incorporam discussões críticas, emancipadoras e interseccionais sobre identidade de gênero, diversidade sexual e direitos humanos.

Essa lacuna não pode ser compreendida isoladamente. Trata-se de um reflexo direto das tensões ideológicas que atravessam a educação brasileira, em especial nas últimas décadas, marcadas por ofensivas conservadoras que buscam restringir o papel formativo da escola a conteúdos neutros e descontextualizados. Ao silenciar discussões fundamentais sobre o corpo, a identidade e a afetividade, a escola contribui para a perpetuação de violências simbólicas, desigualdades estruturais e exclusões históricas que afetam, sobretudo, populações já vulnerabilizadas.

O estudo também demonstrou que, embora existam experiências pontuais que se esforçam por desenvolver materiais didáticos comprometidos com uma educação crítica e inclusiva, elas são exceções em um cenário ainda marcado por omissões institucionais e pela ausência de políticas públicas consistentes. A formação inicial e continuada de professores permanece deficiente no trato com essas

temáticas, o que reforça uma cultura de silenciamento no espaço escolar e compromete a função social da educação como instrumento de transformação.

Ao tratar da sexualidade de forma restrita, sem considerar seus aspectos éticos, culturais, políticos e identitários, a escola perde uma oportunidade fundamental de promover o respeito à diversidade, a equidade de gênero e a cidadania plena. Em contrapartida, quando assumida como espaço de resistência e de construção coletiva do conhecimento, ela se torna um ambiente fértil para a produção de sujeitos críticos, conscientes e protagonistas de suas histórias.

Desse modo, a abordagem contemporânea da educação para a sexualidade nas escolas brasileiras revela-se cada vez mais urgente e multifacetada. Embora ainda enfrentando barreiras históricas — como o silêncio escolar, o conservadorismo religioso e as fragilidades na formação docente — as pesquisas dos últimos três anos trazem avanços e aprofundam o debate.

Portanto, torna-se urgente o fortalecimento de políticas educacionais que reconheçam e incluam, de forma transversal e sistemática, as discussões sobre gênero e sexualidade nos currículos escolares e nos programas de formação docente. É necessário ampliar a produção acadêmica nessa área, fomentar práticas pedagógicas dialógicas e contextualizadas, e assegurar que a escola seja um espaço seguro, plural e comprometido com os direitos humanos. Somente assim será possível construir uma educação verdadeiramente libertadora, capaz de enfrentar os desafios do presente e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, diversa e democrática.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1989.

ARAÚJO, L. C. M. "Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica". **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, vol. 8, n. 1, 2022.

BARBOSA, L. U.; FOLMER, V. "Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica". **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, vol. 9, n. 19, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/05/2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/05/2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012**. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/05/2025.

BRITZMAN, D. P. "Is there a Queer pedagogy? Or, stop reading straight". **Educational Theory**, vol. 45, 2014.

CARMO SILVA.; A.; TEIXEIRA, P. P. "Diversidade sexual censurada nas escolas públicas: investidas conservadoras pelo controle moral na Educação". **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, vol. 7, n. 22, 2024.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoria crítica de la enseñanza**: la investigación-acción em la formación del professora. Barcelona: Martínez Roca, 1986.

CELLARD, A. "A Análise Documental". *In*: POUPART, J. *et al*. (orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CÉSAR, M. R. A. "Gênero, sexualidade e educação: notas para uma Epistemologia". **Educar**, n. 35, 2009.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Designing and conducting mixed methods research**. Los Angeles: Sage, 2021.

DI SANTO, M. S. *et al*. "Gênero e sexualidade em rodas de conversa: uma análise de projeto desenvolvido no Instituto Federal De Goiás (IFG), Campus Valparaíso". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 39, 2023.

FERNANDES, N. C.; SANTOS, S. R. P. "Formação docente e currículo: abordagem de gênero e sexualidade no contexto escolar". **Seminário Interdisciplinar em Ensino, Extensão e Pesquisa**, vol. 6, 2025.

FIGUEIRÓ, M. N. D. "Educação sexual nas escolas é menor do que imaginamos". **Revista Nova Escola** [2019]. Disponível em: <www.maryneidefigueiro.com.br>. Acesso em: 06/05/2025.

FIGUEIRÓ, M. N. **Educação sexual**: saberes essenciais para quem educa. São Paulo: Editora CRV, 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Editora Penso, 2018.

FRANZÃO, J. A. K. **Sequência didática para o ensino do conteúdo ciclo menstrual**: uma experiência com alunos do 6º ano do ensino fundamental (Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia). Ponta Grossa: UTFPR, 2013.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

GARBARINO, M. I. "O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância". **Cadernos Pagu**, n. 63, 2021.

GATTI, B. A. *et al*. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Editora Líber Livro, 2017.

GIROUX, H. **Os Professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2017.

GONÇALVES, S. L. F. "Gênero, sexualidade e educação: o currículo universitário e suas implicações na formação dos professores de ciências humanas da faculdade SESI-SP de educação". **Anais do I Congresso Internacional de Educação SESI - SP**. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

GUIZZO, B. S.; RIPOLL, D. "Gênero e sexualidade na educação básica e na formação de professores: limites e possibilidades". **Holos**, vol. 6, 2015.

HERNANDES, M. S. **O silenciamento da discussão de gênero e sexualidade nas escolas**: a inconstitucionalidade da omissão (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola). Florianópolis: UFSC, 2017.

IGLESIAS, I. L. D.; GÓMEZ, A. M. M. "Análisis documental y de información: dos componentes de un mismo proceso". **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, vol. 12, n. 2, 2004.

KIEL, C. A. **Orientação Sexual no Espaço Escolar para Alunos do Ensino Médio sob a perspectiva ciência, tecnologia e sociedade (CTS)** (Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia). Ponta Grossa: UTFPR, 2014.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica**: do projeto à implementação. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: Editora EPU, 2015.

MANCHINI, I. C.; JACINTO, J. C.; SILVA, R. D. "A sexualidade silenciada no ambiente escolar e as contribuições da série Sex Education". **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, vol. 24, 2020.

MENDEL, A. P. C.; MIRANDA, J. C. "Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

MESQUITA, E. S. *et al*. "A educação sexual como tabu: os desafios para sua implementação e o papel dos profissionais de saúde". **Revista Multidisciplinar em Saúde**, vol. 2, n. 4, 2021.

MIZUNUMA, S. **Educação científica no ensino fundamental I**: a questão da educação sexual (Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia). Ponta Grossa: UTFPR, 2017.

MOELLER, K. "The politics of curricular erasure: debates on race, gender, and sexuality in the Brazilian 'common core' curriculum". **Race Ethnicity and Education**, vol. 24. n.1, 2020.

MOREIRA, B. L. R.; FOLMER, V. "Educação Sexual na Escola: Construção e Aplicação de Material de Apoio". **Experiências em Ensino de Ciências**, vol. 6, n. 2, 2011.

MOREIRA, S. V. "Análise documental como método e como técnica". *In*.: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

NOGUEIRA, N. S. *et al*. "Educação sexual no contexto escolar: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores". **Holos**, vol. 3, 2016.

REZENDE, G. P.; AMIM, V. "Escola Queerstionadora: Por um currículo que problematize as supostas estruturas de gênero e sexualidade". **Revista Pindorama**, vol. 12, n. 1, 2021.

SCOTT, J. W. "Gênero como categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**, vol. 20, n. 27, 1995.

SILVA, D. R. *et al*. "Políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação sexual no ensino de ciências". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 40, 2023.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

SILVEIRA, A. J. T.; SOUZA, B. M. D. A.; TREVENZOLI, A. "Educação sexual nas escolas: ainda é um tabu?: análise dos desafios e perspectivas atuais". **Pensar Acadêmico**, vol. 22, n. 2, 2024.

SIQUEIRA, L. C. C.; BRAGA, D. V. V.; SILVA, J. D. A. "Avaliação da efetividade da educação sexual e reprodutiva no ambiente escolar: conforme a percepção dos estudantes do ensino médio". **International Journal Education and Teaching**, vol. 6, n. 2, 2023.

SOMBRIO, P. B. M.; CORBELLINI, S. "Gênero e Sexualidade na Escola: Como Trabalham os/as Orientadores/as Educacionais?". **Revista Ensin@ UFMS**, vol. 3, n. 7, 2022.

UNESCO. **Relatório anual da UNESCO no Brasil**. Brasília: Unesco, 2018. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 02 mar. 2025.

VALADARES, A.; LIMA, T. P. P. "Gênero e sexualidade na formação de professores de educação física da Universidade Estadual de Feira de Santana: o que nos dizem os currículos". **Perspectiva**, vol. 42, 2024.

VIANNA, C. "Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica". **Pro-Posições**, vol. 23 n. 2, 2012.

VIEIRA, L. C. **Caderno de apoio aos docentes Sexualidades e gênero**: corpos culturalmente construídos e historicamente modelados. Pelotas: Editora da UFPel, 2017.

ZIMMER, K.; BUSS-SIMÃO, M. "Educação Infantil, gênero e sexualidade: uma análise de documentos curriculares de formação inicial em Pedagogia". **Debates em Educação**, vol. 14, 2022.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 66 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima